

**AO
GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO
GERÊNCIA DE LICITAÇÃO**

**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023
PROCESSO Nº 00055-00043510/2023-59**

**AKIYAMA S.A. – INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS
E SISTEMAS S.A.**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/ME sob n. 02.688.100/0001-88, com sede na Rua Pasteur, 463, conjunto 1001 – Andar 10, Água Verde, Curitiba/PR, CEP 80250-104, nos termos do item 3.1 do Edital, apresentar, tempestivamente,

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO

Por meio do Pregão Eletrônico nº 18/2023, o Departamento de Trânsito do Distrito Federal deseja realizar a *“Contratação de empresa previamente credenciada pelo órgão máximo executivo de trânsito da União, SENATRAN, como determinado no art. 8º, parágrafo 1º e 9º, da Resolução 886/2021, alterada pela Resolução nº 976/2022, do Conselho Nacional de Trânsito, para prestação de serviço de emissão e fragmentação de documentos de habilitação, coleta e armazenamento das imagens biométricas e dados biográficos de candidatos e condutores, pela captura biométrica decadaactilar e da assinatura para registro do condutor, em meio físico e/ou digital, nos exames e processos de habilitação, conforme condições, quantidades e exigências no Termo de Referência, Anexo A deste Edital.”*.

1. DA INDIVISIBILIDADE DO OBJETO EM LOTES

A regra estabelecida na Lei Geral de Licitações (Lei nº 8.666/1993) é que as contratações, sempre que possível, deverão ser subdivididas em tantas parcelas quantas necessárias para aproveitar as peculiaridades do mercado, visando economicidade. Ainda, reafirmam as normas gerais que devem ser tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

De forma convergente, o Tribunal de Contas da União já se manifestou acerca do tema e proferiu entendimento consolidado na Súmula nº 247, *in verbis*:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de **propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas**, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

Como se vê, da redação do texto sumulado podemos extrair a obrigatoriedade de parcelamento do objeto, desde que técnica e economicamente possível. Além disso, a distribuição em lotes cumpre com o princípio da competitividade, ao permitir que um maior número de empresas possam participar do processo licitatório.

Cabe destacar que, no cenário atual, existe um número restrito de empresas credenciadas a participarem do certame para entrega do objeto

na forma solicitada (lote único), uma vez que se trata de um nicho de mercado bastante especializado e com uma conhecida competitividade reduzida.

Desta maneira, a hipótese levantada no presente ponto encontra fundamento no posicionamento aplicado pelo Tribunal de Contas da União há uma década, veja-se:

“[...] Pois bem, em face da altiva distinção dos objetos licitados, a Administração não deveria, a bem da competitividade, concentrá-los em um único contrato. Com efeito, **a reunião em único lote, de dois ou mais objetos díspares, que podem ser melhor executados por empresas de especialidades diversas, ofende o princípio da competitividade e, mais precisamente, parágrafo 1º do artigo 23 da Lei nº 8.666/93, in verbis: Art. 23 [...] § 1º**As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. 31. **É, portanto, inquestionável que o fracionamento do objeto, seja em lotes ou em licitações distintas, expande favoravelmente o universo de competidores, emprega maior eficiência e especialização à contratação e majora as chances de obtenção de oferta mais vantajosa.** E assim o é porque a divisão, sob um ângulo, resulta em exigências de habilitação mais brandas, compatíveis com o objeto reduzido de cada parcela, permitindo a participação de empresas de menor porte; ou, noutro vértice, resulta em contratação extremamente especializada em relação a cada objeto, possibilitando a seleção de empresa detentora de alto grau de conhecimento e larga experiência na atividade específica [...]”

Ainda, ressalta-se a importância da aplicabilidade daquele que é considerado um dos fundamentos do processo licitatório, o princípio da maior competitividade.

“[...] Diante disto, qualquer medida diferente representa exceção, que tem lugar exclusivamente quando existente justificativa concreta sobre a impossibilidade técnica ou econômica do fracionamento, o que não ocorreu no caso em apreço.

Mais uma vez, colhe-se da jurisprudência do Tribunal de Contas da União:(...) a ampliação da competitividade via parcelamento do objeto constitui-se em regra e não em exceção, cuja impossibilidade deve ser circunstanciadamente justificada no processo de contratação (art. 23, § 1º, da Lei nº 8.666/1993). [...]²

Diante do exposto não é possível admitir a restrição da prestação de tal objeto em um único lote, pois é de amplo conhecimento que **a falta de alternância e uma concorrência limitada no regime de contratação praticadas por alguns órgãos estaduais de trânsito, ocorre justamente pelo agrupamento de itens em lote único.**

Para finalizar, tal prática pode ser interpretada como **monopólio de um determinado ramo do mercado**, resultando na violação dos princípios que revestem o procedimento licitatório como também o texto legal e as jurisprudências sobre o tema do Tribunal de Contas da União (Lei n.º 8.666/93, art. 23, § 1º).

Por fim, destaca-se que levando em consideração que o início da disputa se dará no dia 12/01/2024, às 9h, é evidente que existe um elevado risco desta Administração efetivar uma contratação sob um processo licitatório recheado de restrições que impossibilitam o recebimento de propostas vantajosas, fazendo *jus* a imediata intervenção da Comissão para a reparação das irregularidades aqui apontadas, no sentido de suspender o certame sob exame, na fase atual.

Desta forma, considerando o exposto acima, sugerimos divisão do lote único entre os diversos itens já apresentados, o que trará maior competitividade ao certame, ao zelar pela ampla disputa entre fornecedores e favorecer a economicidade para o órgão.

DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, **requer** à Vossa Senhoria que seja recebida a presente **Impugnação ao edital** e seja julgada totalmente procedente, a fim de que seja:

- a) Revisado o item 3.1 acima analisado e conforme fundamentação supra, com a consequente republicação do edital, possibilitando a participação das empresas em itens individualizados e prestigiando a maior competitividade entre licitantes;
- b) Em não sendo acatado o pleito anterior, seja revogado o certame diante do flagrante risco à Administração e ao interesse público.

Termos em que,
Pede deferimento.

Curitiba, 08 de janeiro de 2023.

**AKIYAMA S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E SISTEMAS**